

Usados no Brasil de forma ainda tímida, [os acordos de compartilhamento de risco](#) para remédios de alto custo protegem os cofres públicos, porque evitam despesas com medicamentos que eventualmente se comprovam sem eficácia.

É o que explica **Pablo Meneses**, presidente do [Instituto Consenso](#), que falou sobre o assunto à revista eletrônica **Consultor Jurídico** durante o XIV Fórum de Lisboa, neste mês.

Meneses, que é vice-presidente da Rede D'Or, avalia que a Europa se encontra em um estágio mais avançado de regulação e legislação do setor da saúde em comparação ao Brasil. Na visão dele, a governança europeia para a indústria farmacêutica é um exemplo a ser seguido para viabilizar o acesso da população a terapias inovadoras e de alto custo.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: ConJur, em 22.06.2026